Valor ECONÔMICO
Publicado em 12/12/2023 - 05:58

Empréstimos a Estado e municípios com aval da União têm salto neste ano

Contas públicas Até agosto, aval do Tesouro supera R$ 17,4 bilhões, valor maior que o de 2022 inteiro

Garantias para créditos de Estados e municípios quase triplicam

Marta Watanabe e Marina Falcão
De São Paulo e do Recife

O valor total de novos contratos de garantias liberadas pela União para crédito a Estados e municípios aumentou em 2023. Para as operações internas, esses novos contratos de garantia alcançaram até agosto R$ 17,41 bilhões, quase o triplo dos R$ 6,11 bilhões contratados até o mesmo mês do ano passado e mais do que os R$ 7,19 bilhões de todo período de 2022.

Para as operações externas, foram contratados US$ 703,85 milhões até o segundo quadrimestre, mais que os US$ 135,5 milhões de igual período do ano passado. Em 2022 a contratação de garantias se acelerou no último quadrimestre e o ano fechou com US$ 2,37 bilhões em novos contratos para operações externas.

Até agosto deste ano foram assinados 52 contratos de garantia para operações internas, dos quais 14 com Estados e 38 com municípios. As garantias externas até agosto somaram sete contratos: três com Estados e quatro com municípios. Foram incluídos só os contratos fechados diretamente com governo estadual ou prefeituras. Não foram consideradas garantias para entidades estatais ou bancos controlados pelo poder público. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com valores em reais anteriores a 2023 atualizados pelo IPCA até agosto deste ano.

Os dados do Tesouro mostram que o valor total de novos contratos de garantia a operações de créditos a Estados e municípios até agosto deste ano é maior não somente em relação aos do ano passado. Desde 2015 o total dos novos contratos de garantia ficou abaixo dos R$ 7 bilhões, considerando o período de janeiro a agosto, e abaixo dos R$ 10 bilhões quando se olha o ano inteiro, ainda com valores atualizados pelo IPCA. Em 2014 o valor total em novos contratos foi de R$ 16,92 bilhões até agosto e de R$ 20,4 bilhões no ano cheio. A mudança de patamar de garantias concedidas pela União aconteceu após processo de renegociação de dívidas de Estados e municípios à época, que possibilitou também mudança de indexadores.

Procurada, a STN diz que analisa os pleitos de operações de crédito de entes subnacionais por demanda. Não foi identificada, diz o Tesouro, motivação específica para o aumento da demanda por operações de crédito interno com garantia da União. O órgão ressalta, porém, que uma alteração normativa da Resolução CMN nº 4.995/23 pode ter contribuído para a elevação. Essa mudança passou a vigorar em janeiro deste ano e amplia as exceções de casos que não estão sujeitos ao limite de valor global de crédito estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Segundo a resolução mencionada, não estão sujeitas ao limite as operações de crédito realizadas no âmbito de Regime de Recuperação Fiscal, de Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, de Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal e de Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal. O Tesouro informa que apenas Piauí e Tocantins não se enquadram nas novas exceções.

Para especialistas e representantes de entes federados, uma das explicações para o aumento foi a melhora da Capag, a nota do Tesouro que dá acesso a crédito com garantia da União a Estados e municípios. Isso aconteceu em razão de quadro de receitas mais favoráveis que vigorou de 2020 a 2022. Em 2019, 11 Estados tinham Capag A ou B, notas que dão acesso a crédito com garantia da União. Em 2022 o número saltou para 21 Estados. Em 2023 Pernambuco e Goiás caíram da nota B para C. Com isso o total atual é de 19 Estados com Capag A ou B.

> "A despesa caberá no fluxo de caixa quando chegar o pagamento do serviço da dívida?"
> *Cristiane Schmidt*

Parte dos novos contratos de garantia de 2023 foi com base na Capag de 2022. As notas deste ano foram divulgadas neste mês pelo Tesouro. Pernambuco, por exemplo, levantou R$ 3,45 bilhões neste ano com aval da União, antes do anúncio de corte da nota de B para C. Em fevereiro, a vice-governadora Priscila Krause (Cidadania) passou a falar publicamente que o corte da nota era provável devido ao cenário de baixa liquidez deixado pela gestão anterior. Diante do quadro, a governadora Raquel Lyra (PSDB) passou a primeira metade do seu primeiro ano de mandato focada em uma aproximação com o presidente Lula, conseguindo garantir volume alto de recursos com Caixa e Banco do Brasil. A maior parte do dinheiro entrará em caixa em 2024, garantindo investimentos em ano de eleições municipais.

Segundo secretário da Fazenda do Estado, Wilson José de Paula, os empréstimos não comprometerão o equilíbrio fiscal de Pernambuco mais para frente, pois o nível de endividamento do Estado está equilíbrio, no menor patamar da série histórica (45,09%). Em paralelo, disse, a gestão está racionalizando gastos e tomando ações no monitoramento do contribuinte, além de melhorar o ambiente de negócios no Estado, para ampliar a arrecadação. Pernambuco é um dos Estados que foram contemplados com os contratos de garantia de maior valor liberados em 2023.

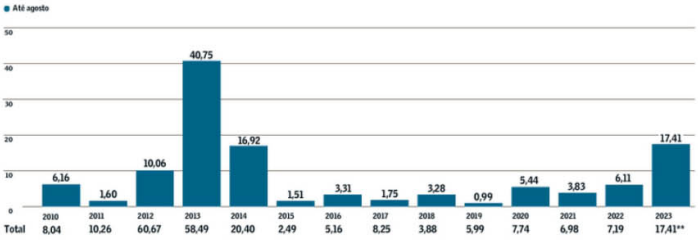
"Isso mostra a necessidade de melhorar a metodologia da Capag, que é um indicador de retrovisor", diz o economista Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset. Ele defende uma nova metodologia que considere informações mais atualizadas disponíveis no momento de aprovação dos contratos de garantia para operações de crédito a Estados e municípios.

Cristiane Schmidt, consultora para o Banco Mundial, lembra que as operações de crédito costumam ter prazos de carência. "A pergunta é se a despesa caberá no fluxo de caixa quando chegar o período para pagamento do serviço da dívida." Ex-secretária da Fazenda de Goiás, Schmidt diz que os empréstimos são necessários para a concretização de investimentos, em maior ou menor grau. "Mas isso não pode ser uma panaceia e é preciso ser observado o fluxo de caixa de cada ente federativo."

Para Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional, diz que o quadro é preocupante, porque a melhora pontual do quadro dos governos regionais no pós-pandemia de covid-19 pode dar início a um novo ciclo de endividamento de Estados e municípios. Ele lembra que a melhora foi propiciada por fatores conjunturais que incluíram demanda alta por bens tributados pelo ICMS na retomada da demanda da pandemia, altos níveis inflacionários e cotações favoráveis de commodities.

Do ponto de vista dos Estados, as operações de crédito devem ajudar a financiar e manter investimentos. Renê Garcia, secretário do Paraná, Estado que manteve Capag B em 2023, diz que o crédito com o Banco do Brasil deve ajudar nos investimentos dos Estados. Ele lembra, porém, que o Paraná deve fechar o ano com queda perto de 5% reais na receita de ICMS em relação ao ano passado. Renata dos Santos, secretária de Fazenda de Alagoas, também nota B, acredita que o aumento de garantias neste ano acontece porque foi normalizado o andamento dos pedidos, que ficou travado até 2022.

Mais crédito
Contratos internos com garantia da União a Estados e municípios* - R$ bilhões



Maiores em 2023
Os dez contratos internos de maior valor a Estados e municípios, com garantia da União, até agosto

Ente	Valor (R$ bilhão)	Credor	Descrição
Pernambuco	1,70	CAIXA	Programa de Desenvolvimento Econômico e Social
Paraná	1,49	BB	Programa de Integração Metropolitana, do Programa Inova Paraná e do Programa Estradas da Integração.
Bahia	1,27	BB	Investimentos nas áreas de infraestrutura de transportes e urbana, mobilidade urbana, entre outros
Município do Rio de Janeiro	1,20	BB	Requalificação do Sistema de BRT do Município do Rio de Janeiro
Piauí	1,20	BB	Investimentos na infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, entre outros
Amazonas	1,10	BB	Investimentos nas áreas de Educação, de Saúde, de Segurança Pública e de Infraestrutura
Alagoas	1,05	BB	Obras de Infraestrutura Rodoviária e Aeroportuária e obras de Urbanização, entre outros
Tocantins	1,00	BB	Plano de pavimentação, recuperação e conservação de rodovias
Pernambuco	0,90	BB	Financiamento de projetos na área de infraestrutura e melhoria da gestão pública
Ceará	0,90	BB	Amortização da Dívida Pública Estadual no triênio 2023 a 2025

Fonte: STN, com elaboração do Valor. *Valores atualizados pelo IPCA até agosto de 2023. **Até agosto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.